

Linha de pesquisa: História e Dinâmica do Desenvolvimento

INDIVÍDUOS, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Aline Zulian¹
 Solange Regina Marin²
 Paulo Ricardo Feistel³

RESUMO: O conceito para desenvolvimento econômico não possui um consenso universal. No entanto, sabe-se que as instituições são parte do desenvolvimento, assim como os indivíduos. Inicia-se esta análise com base na definição conceitual proposta por Amartya Sen, que considera o desenvolvimento econômico com base no exercício das capacitações individuais. Seguindo esta corrente de pensamento, objetiva-se verificar qual a influência das instituições no comportamento dos indivíduos e, também, relacionar as instituições e os indivíduos com o desenvolvimento econômico. Destaca-se que a influência das instituições no comportamento individual será analisada na visão de Douglass C. North (representante da Nova Economia Institucional) e de Geoffrey M. Hodgson (neo-institucionalista). Percebeu-se, ao fim, que os comportamentos dos indivíduos são moldados pelas instituições preexistentes, como afirmam os neo-institucionalistas, e que a definição de Sen para desenvolvimento está relacionada aos indivíduos e também às instituições, de modo a perceber que estes três elementos: indivíduos, instituições e desenvolvimento econômico estão diretamente interligados.

Palavras-chave: Comportamentos dos Indivíduos. Instituições. Desenvolvimento.

ABSTRACT: The concept for economic development does not have a universal consensus. However, it is known that institutions are part of development, as well as individuals. Begins this analysis based on the conceptual definition proposed by Amartya Sen, who considers economic development based on the exercise of individual capabilities. Following this line of thought, the objective is to check the influence of institutions on the behavior of individuals and also relate the institutions and individuals with economic development. It is noteworthy that the influence of institutions on individual behavior will be analyzed in the view of Douglass C. North (representative of the New Institutional Economics) and Geoffrey M. Hodgson (neo-institutionalist). It was realized at the end that individual behavior is shaped by existing institutions, such as the neo-institutionalists claim, and that the definition of Sen is related to developing individuals and also institutions, so as to realize that these three elements: individuals, institutions and economic development are directly interconnected.

Keywords: Behaviors of individuals. Institutions. Development.

Classificação JEL: B52; O12

¹ Mestranda do Programa Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Prof.^a Dr.^a do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

³ Prof. Dr. do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

INTRODUÇÃO

O termo “desenvolvimento econômico” abrange inúmeras definições. Sen (1988, p. 23) deixa claro que conceituar desenvolvimento não é uma tarefa fácil, mas que “*work on development economics need not await a complete "solution" of the concept of development*”. Assim, apesar de existirem divergências, desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento econômico. Partindo desta análise, Sen (1983) constatou que ambos os termos são importantes, mas que não possuem a mesma definição. Ele considera o desenvolvimento econômico como resultado da ampliação das capacitações humanas, sendo importante investigar “[...] *what people can or cannot do, and this links directly with their 'entitlements' rather than with over-all supplies and outputs in the economy*” (SEN, 1983, p. 755).

Outro elemento fundamental relacionado ao desenvolvimento econômico é a existência e o papel das instituições. Esta discussão foi retomada pela Nova Economia Institucional (NEI), que incentivou pesquisas nesta área (PESSALI; DALTO, 2010). Entretanto, anterior a isto, a visão dos velhos institucionalistas já abordava o papel das instituições, principalmente na figura de Thorstein B. Veblen. E, partindo desta última corrente de pensamento, surgiram os neo-institucionalistas.

É importante destacar que a teoria institucionalista traz à tona, assim como a definição de desenvolvimento de Sen, a figura do indivíduo. No entanto, a concepção da NEI difere da visão dos velhos institucionalistas e, consequentemente, dos neo-institucionalistas. O problema central está em identificar, principalmente com base em North e Hodgson, a influência das instituições no comportamento individual. E, além disso, identificar a existência de uma relação entre as instituições e os indivíduos com o conceito de desenvolvimento econômico proposto por Sen.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é verificar qual a influência das instituições no comportamento dos indivíduos e, também, relacionar as instituições e os indivíduos com o desenvolvimento econômico. Destaca-se que a influência das instituições no comportamento individual será analisada na visão de Douglass C. North (representante da Nova Economia Institucional) e de Geoffrey M. Hodgson (neo-institucionalista). E, para uma definição de

desenvolvimento econômico será exposta a contribuição de Amartya Sen. Justifica-se a realização deste estudo, exatamente pelo fato de existir uma relação direta entre o desenvolvimento econômico de Sen, que inclui as capacitações individuais, com a teoria institucionalista. Assim, com base na importância dos indivíduos e das instituições (formadas por estes) no desenvolvimento econômico, julga-se de extrema importância uma revisão destes elementos.

Para alcançar os objetivos deste estudo, será realizada, após esta introdução, uma exposição do conceito de desenvolvimento econômico na visão de Amartya Sen; posteriormente, serão elencadas principalmente as visões institucionalistas de Douglass C. North e de Geoffrey M. Hodgson, com foco no comportamento dos indivíduos. Por fim, serão feitas breves discussões e considerações finais a respeito das duas linhas de pensamento institucionalistas no que se refere ao comportamento dos indivíduos e das instituições, juntamente com a definição de desenvolvimento econômico sugerida neste trabalho.

1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA VISÃO DE AMARTYA SEN

Os teóricos tradicionais sobre crescimento e desenvolvimento (como Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis, etc.) consideravam que as medidas adotadas para alavancar o crescimento econômico seriam as formas para proporcionar o desenvolvimento econômico (SEN, 1988, p. 12). No entanto, evidências empíricas comprovaram que, em muitos países, apesar de existir alto índice de crescimento econômico per capita (medido pelo PIB per capita), a expectativa de vida, por exemplo, era inferior ao dos países com menor valor do PIB (SEN, 1988, p. 12). Assim, não é correto igualar a definição de desenvolvimento à de crescimento, mas, conforme Sen (1983, p. 748), “*it can scarcely be denied that economic growth is one aspect of the process of economic development*”.

Apesar da teoria do desenvolvimento tradicional identificar os fatores que levam ao crescimento econômico, ela não apresenta as causas que levam ao crescimento econômico: “*in the field of causation of growth, there is much life left in traditional analyses*” (SEN, 1983, p. 760). Ou seja, a teoria tradicional acaba concentrando-se apenas na mensuração do

crescimento da renda e ignora outras questões do âmbito social, como aquelas relacionadas aos funcionamentos das pessoas e às capacitações individuais (SEN, 1983, p. 754).

Assim, na visão de Sen (1983), o crescimento econômico não pode ser visto como um fim em si mesmo (“produzir riqueza”), mas pode ser considerado como um meio para expansão das capacitações. Essa ideia representa que o desenvolvimento econômico é mais do que simplesmente a identificação dos fatores que levam ao crescimento econômico, ele preocupa-se com o que os indivíduos fazem ou deixam de fazer: “*the process of economic development has to be concerned with what people can or cannot do*” (SEN, 1983, p. 754). Ou seja, conforme Sen (1983, p. 755), “*we are concerned with what people can or cannot do, and this links directly with their 'entitlements' rather than with over-all supplies and outputs in the economy*”.

Sen (1990) define o desenvolvimento como a expansão das capacitações, considerando que a vida humana constitui-se de um conjunto de “ser e fazer”, chamado de funcionamentos (“*doing and being*”).

The primitive notion in the approach is that of functionings – seen as constitutive elements of living. A functioning is an achievement of a person: what he or she manages to do or to be, and any such functioning reflects, as it were, a part of the state of that person. The capability of a person is a derived notion. It reflects the various combinations of functionings (doings and beings) he or she can achieve. It takes a certain view of living as a combination of various “doings and beings”. Capability reflects a person’s freedom to choose between different ways of living.

(SEN, 1990, p. 44).

Os funcionamentos são definidos como as conquistas do indivíduo, aquilo que ele consegue ser ou fazer; enquanto que as capacitações refletem as combinações e as realizações dos funcionamentos, “*capability reflects a person’s freedom to choose between different ways of living*” (SEN, 1990, p. 44). Sendo assim, estes funcionamentos podem ser vistos de diferentes perspectivas, variando de uma pessoa para outra e conforme as condições de liberdade/privação de cada indivíduo, da existência e do acesso aos serviços prestados (como de educação e de saúde) e entre outros elementos presentes no ambiente onde o indivíduo está inserido (SEN, 1990).

Esta visão pluralista das capacitações, de acordo com Sen (1990), indica que por mais que os indivíduos tenham funcionamentos iguais (exemplo: jejuar), nem todos possuem as mesmas capacitações (exemplo: alguns podem jejuar pelo simples fato de escolher não

alimentar-se por motivos individuais, religiosos, etc., enquanto que outras pessoas podem não ter a chance de escolher entre alimentar-se ou não, como seria o caso de indivíduos que vivem na miséria).

The things that people value doing or being can be quite diverse, and the valuable capabilities vary from such elementary freedoms as being free from hunger and undernourishment to such complex abilities as achieving self-respect and social participation. The challenge of human development demands attention being paid to a variety of sectoral concerns and a combination of social and economic processes (SEN, 1990, p. 54).

Assim, apesar de Sen não usar o termo “instituições” na sua obra de 1990, *Development as Capability Expansion*, quando elenca as diferentes condições que poderão modificar o exercício das capacitações, percebe-se a clara relação entre estes elementos, uma vez que, para Sen (1990, p.54), o desafio do desenvolvimento humano⁴ é voltar-se para preocupações setoriais, combinando processos sociais e econômicos. Ou seja, o exercício das capacitações pode depender tanto, por exemplo, da cultura e da educação recebida no âmbito familiar, quanto do serviço educacional fornecido pela região em que as pessoas estão inseridas.

Já em seu livro “*The Idea of Justice*”, Sen (2009) destaca o papel das instituições, afirmando que estas podem influenciar diretamente na vida das pessoas, de maneira que elas facilitem o exercício das habilidades individuais em analisar os valores e as prioridades que devem ser considerados. Nesta obra, Sen (2009) preocupa-se com o foco dado às instituições ao invés de dar importância ao que elas se propõem a fazer, como é o caso da promoção da justiça social. Para Sen (1990, p. 48), mesmo que os fins sejam iguais para as pessoas, as capacitações em transformar os bens primários ou a liberdade em realizações são diferentes, não sendo possível fazer uma comparação interpessoal e basear-se somente, por exemplo, numa divisão que aparentemente seja justa (igualitária). Ou seja, as pessoas são diferentes e as realizações se dão de forma diferenciada (exemplo: a repartição de um alimento em partes iguais, o que aparentemente pareceria justo, não traria a mesma realização pessoal/funcional para todos os indivíduos deste grupo).

⁴ Cabe destacar que neste estudo não é almejada a discussão entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano, pois o estudo é baseado no conceito de desenvolvimento de Sen, e este relaciona estes dois elementos, uma vez que destaca o desenvolvimento como dependente dos funcionamentos dos indivíduos e, mais do que isto, da existência de privação ou de liberdade para estes poderem realizar suas capacitações.

A natureza da sociedade que resulta de um conjunto de instituições também depende de características que Sen (2009, p. 6) define como “não institucionais”, tais como os comportamentos individuais e as suas interações sociais. Isto foi chamado de “instituições informais” por North (2003), que será elencado no próximo item.

As instituições e as regras existem e são importantes para influenciar nos acontecimentos, mas, para Sen (2009, p. 18), a realidade vai muito além de uma imagem organizacional ou formal, inclui a vida que as pessoas escolhem ou não viver (liberdade de escolha). Assim, instituições e regras, por mais importantes que sejam, precisam ter suas funções analisadas de forma mais ampla, ligada ao contexto e local em que surgem, sendo que uma boa idéia para isto, ao observar os perigos das instituições que são puramente focadas em processos, é o debate público (SEN, 2009, p. 20).

Como Pessali e Dalto (2010, p. 11) afirmaram, “o desenvolvimento econômico depende das instituições e as instituições, ao mesmo tempo, são uma medida do desenvolvimento econômico”. Assim, ao almejar o estudo destes elementos, cabe aos pesquisadores analisar alguns dos principais teóricos referentes a estes assuntos, como: Douglass C. North e Geoffrey M. Hodgson, que se enquadram, respectivamente, nas diferentes correntes de pensamento: Nova Economia Institucional e Neo-institucionalista.

2 INSTITUIÇÕES E INDIVÍDUOS NA VISÃO DE DOUGLASS NORTH

A Nova Economia Institucional (NEI) retomou as discussões a respeito de um conjunto mais amplo de instituições, e não apenas sobre o mercado (PESSALI; DALTO, 2010, p. 12). Nesta linha de pensamento, as instituições surgem para reduzir as incertezas (o caso principal é a assimetria de informações) nas transações entre os indivíduos (MEDEIROS, 2001, p. 51).

Investigou-se as ideias de Douglass North, uma vez que possui uma definição para “instituições” bastante conhecida e difundida na literatura (PESSALI; DALTO, 2010). Para North (2003), as instituições existem para reduzir as incertezas, para dar uma boa continuidade aos negócios e resolver os problemas de maneira eficaz.

When we say institutions structure human interactions what we mean is that they provide incentives and disincentives for people to behave in certain ways; and if they are effective they structure and provide incentives and also structure economic, political and social activity (NORTH, 2003, p. 1).

É dessa maneira que North relaciona a ciência econômica com a ciência política e social. Um importante elemento desenvolvido por North (2003) é a diferenciação entre instituições formais e informais. As primeiras são compostas por regras formais, leis, constituições, regulamentos, etc.; enquanto que as segundas compõem-se de normas informais oriundas do comportamento humano (NORTH, 2003). De acordo com Medeiros (2010), as instituições informais também possuem interações hierárquicas, como em um grupo familiar ou em um grupo de consumo.

As instituições formais são equiparadas às regras preestabelecidas de um jogo, enquanto que as instituições informais resultam do comportamento humano. Assim, North (2003, p. 2) descreve que:

The way the game is played is a function of the formal rules that define what the players can and cannot do and of informal norms of behaviour that are supposed to prevent you from trying to kill the quarterback on the opposing football team or from similar unsportsman - like behavior.

Desse modo, as instituições informais são mais complexas, uma vez que envolvem as heranças culturais e as crenças, que diferem de um indivíduo para outro (NORTH, 2003). Para North (2003, p. 4), a herança cultural é um dos elementos que molda a maneira como as escolhas são feitas e a forma como as sociedades e as instituições evoluem. Ou seja, para North (2003, p. 4): “[...] that cultural heritage produces a mix of good and bad that shapes the way in which we make choices and the ways in which societies and institutions evolve”.

Para Medeiros (2001, p. 52), a questão central para North é verificar se as instituições são o resultado dos comportamentos/preferências individuais com o objetivo de reduzir a incerteza presente nas relações, e identificar como essas instituições evoluem e interferem no funcionamento da economia.

North (1990, p. 5) destaca que as instituições são criadas pelos indivíduos e estes também as modificam:

Institutions are a creation of human beings. They evolve and are altered by human beings; hence our theory must begin with the individual. At the same time, the constraints that institutions impose on individual choices are pervasive. Integrating individual choices with the constraints institutions impose on choice sets is a major step toward unifying social science research (NORTH, 1990, p. 5).

Apesar de North (2003, p. 1) apontar falhas ao pensamento neoclássico, pois considera a existência de incertezas e que os indivíduos não possuem visão completa da realidade, o que faz com que as instituições sejam criadas; em outros pontos, a tendência de continuidade aos supostos da teoria neoclássica fica evidente. Isto se refere principalmente ao pressuposto neoclássico mantido por North sobre o “individualismo metodológico”, em que os indivíduos e suas interações irão justificar o surgimento das instituições, pois, para este autor, “cada pessoa interpreta o mundo de acordo com seu modelo mental” (PESSALI; DALTO, 2010, p. 16).

Conforme Passanezi (2003, p. 79):

Por serem as instituições construídas a partir dessas estruturas mentais montadas pelo indivíduo, com o intuito de compreender o mundo à sua volta, dependendo de como são montadas ou transformadas, a sociedade pode enveredar ou não por uma determinada trajetória de crescimento.

Esta concepção oriunda de North sofre críticas, uma vez que elas não explicam como estes “modelos mentais” individuais surgiram e como os indivíduos isolados poderiam ter semelhanças de pensamentos entre si (PESSALI; DALTO, 2010, p. 16). Ou seja, “ao assumir a existência dos modelos mentais dos indivíduos, a versão “individualista” se apóia, por exemplo, em uma instituição previamente existente, a linguagem, para poder explicar como um modelo mental pode ser disseminado ou apreendido” (PESSALI; DALTO, 2010, p. 16). É neste contexto que reside uma das críticas à North, pois ele não considera essas instituições preexistentes e, por isto, defende a ideia de que são os indivíduos que irão influenciar as instituições, e não o contrário.

Outra linha de pensamento que investiga as instituições juntamente com os indivíduos é a neo-institucionalista. Geoffrey M. Hodgson é “considerado pelos especialistas o principal teórico da economia evolucionista da atualidade” (VEIGA, 2008) e é representante desta corrente neo-institutionalista.

3 INSTITUIÇÕES E INDIVÍDUOS NA VISÃO DE GEOFFREY HODGSON

Contrapondo a teoria neoclássica, e os institucionalistas de cunho mais neoclássico que defendem a ideia de que o comportamento dos indivíduos baseia-se no “individualismo metodológico”, o neo-institucionalismo, que derivou seus trabalhos principalmente dos velhos institucionalistas, trata de instituições já preestabelecidas.

De acordo com Barbosa e Comim (2012, p. 7), a NEI possui maior ênfase em arranjos de coordenação, em contrapartida, o velho institucionalismo detém-se nas mudanças institucionais e sociais, sem realizar juízo de valor sobre o que é gerado na interação entre instituições, indivíduo e sociedade.

Barcelos (2011), que investigou o comportamento humano na visão institucionalista, destacou que, enquanto que para os pensadores da NEI o comportamento dos indivíduos envolve o oportunismo e a racionalidade limitada, para os teóricos neo-institucionalistas, o indivíduo é o elemento central para analisar a sociedade e não é estático, seu comportamento está em constante mutação, e a instituição seria a ponte teórica entre o indivíduo e o agregado (sociedade).

Os neo-institucionalistas foram influenciados pelos velhos institucionalistas, principalmente por escritos de Thorstein Bunde Veblen. Este, em sua importante obra de 1899: “A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições”, descreve a evolução da sociedade passando da selvageria pacífica, para um estágio de barbárie.

Veblen (1983, p. 11) identifica a mudança comportamental do indivíduo descrevendo que no estágio primitivo (selvageria pacífica), em que não há um sistema desenvolvido de propriedade privada, o indivíduo apresenta sua eficiência através da contribuição com a vida da comunidade, não havendo fortes estímulos e oportunidades à emulação. Mas, ao passar desta para uma fase predatória, “mudam as condições de emulação” (VEBLEN, 1983, p. 11). As atividades cotidianas passam a assumir um maior caráter de proeza e este passa a ser o pensamento ideal dos homens. Troféus e títulos adquirem maior prestígio e passam a acirrar a competição entre os indivíduos; enquanto que o trabalho produtivo adquire um caráter desagradável em razão da indignidade pelo qual está relacionado (VEBLEN, 1983, p. 11).

Seguindo nesta linha, o caráter honroso e digno seria resultado exatamente desta evolução histórica e, juntamente, com o ideário das pessoas.

O bárbaro, com sua apreciação de honra e dignidade, fundada no senso comum, considera que matar adversários temíveis, humanos ou não, é uma atividade eminentemente honorífica. [...]. A atividade industrial, de outro lado, torna-se odiosa, e do ponto de vista do senso comum os instrumentos e equipamentos da indústria se consideram indignos de um homem capaz. O trabalho de torna tédio (VEBLEN, 1983, p. 12).

Sabe-se que a luta sempre esteve presente na evolução cultural, no entanto, o que Veblen (1983) quer destacar é a existência de um hábito dominante de julgar os fatos do ponto de vista da luta (honrar essa prática). E, assim, a principal diferença entre uma fase pacífica e uma comunidade predatória é que na segunda a atitude predatória se torna a atitude espiritual habitual e a luta torna-se a apreciação vigente dos indivíduos daquela comunidade (VEBLEN, 1983, p. 12).

Veblen (1983) descreve que as instituições são hábitos e costumes rotineiros que estão ligados a um contexto histórico, como o caso da “classe ociosa” que apareceu juntamente com o início da propriedade (ambas estas instituições possuem as mesmas forças econômicas). A instituição de uma classe ociosa resulta da discriminação, preestabelecida, entre diversas funções que são consideradas dignas ou indignas (VEBLEN, 1983, p. 8). Com o passar do tempo, este sentimento de propriedade avança e abrange não somente as pessoas como também os bens materiais.

Assim como o comportamento humano modifica-se com o passar do tempo, as instituições também são mutáveis (VEBLEN, 1983). Neste sentido, Veblen (1983), com uma visão evolucionária, critica a teoria neoclássica que se baseia no equilíbrio e no comportamento individualista e maximizador, pois, para ele, o comportamento humano não é estático e nem sempre individualista, sendo que “a mudança é sempre, em última instância, mudança nos hábitos de pensamento” (VEBLEN, 1983). Almeida (1983 apud VEBLEN, 1983), na apresentação da obra de Veblen, destaca que, para ele, o comportamento humano revelava um padrão de ação coletiva de modo que, com o decorrer do tempo, transformava-se numa instituição. Assim, conforme mesma fonte, as instituições constituíam-se de um conjunto de costumes e hábitos pessoais aceitos e internalizados por um grupo de pessoas. Exemplificando:

A instituição de uma classe ociosa afeta não apenas a estrutura social, mas também o caráter individual dos membros da sociedade. Logo que determinada propensão ou determinado ponto de vista foram aceitos como padrão ou norma de vida autorizados, estes reagirão no caráter dos membros da sociedade que os aceitaram, e até certo ponto, modelarão seus hábitos mentais e exercerão uma vigilância seletiva no desenvolvimento das aptidões e das inclinações do homem. [...]. A adaptação de hábitos mentais constitui o desenvolvimento de instituições (VEBLEN, 1983, p. 97).

Assim, com base neste pensamento vebleniano, um dos autores neo-institucionalistas mais conhecido é Geoffrey Hodgson. Para ele, “*institutions are durable systems of established and embedded social rules and conventions that structure social interactions*”, sendo que estas dependem das ações e dos pensamentos individuais (HODGSON, 2003, p. 163). Existe grande aceitação desta definição proposta, sendo que alguns exemplos de instituições são: moeda, mercado, linguagem, leis, sistemas de pesos e medidas, maneiras de se portar à mesa, empresas e outras organizações (HODGSON, 2001; HODGSON, 2003; HODGSON, 2006).

As instituições ao mesmo tempo em que entram em confronto com os indivíduos, também partem deles: “*institutions are simultaneously both objective structures ‘out there’, and subjective springs of human agency ‘in the human head’*” (HODGSON, 2003, p. 164). Segundo esta concepção de Hodgson (2003, p. 164), todos os indivíduos nascem em um lugar onde já existem instituições, que foram concebidas pelo processo histórico.

O estudo de Menger e de muitos neo-institucionalistas analisa o surgimento de instituições de forma espontânea, via interação dos indivíduos que perseguem seus objetivos particulares (HODGSON, 2001, p. 101). Hodgson (2001) vai contra a ideia mengeriana de que a evolução das instituições baseia-se em preferências individuais “dadas”. Menger (1981 apud HODGSON, 2001, p. 97) faz sua análise partindo de um dado indivíduo para instituições emergentes (“de baixo para cima”), isto é, parte dos indivíduos em um “estado natural” em que não existem instituições. No entanto, “é esquecido que, no hipotético original “estado de natureza” do qual as instituições são vistas emergindo, um número importante de regras, instituições e normas culturais e sociais são já presumidas” (HODGSON, 2001, p. 102). Apesar de não considerar as instituições preexistentes, o próprio Williamson (1975 apud

HODGSON, 2001, p. 102) cita que “no início havia mercados”; “no entanto, o próprio mercado⁵ é uma instituição” (HODGSON, 2001, p. 102).

Há uma razão fundamental pela qual deve ser abandonada a ideia de explicar as instituições em termos de interação dos indivíduos, partindo de um “estado de natureza” sem instituições. É a de que toda interação individual depende inevitavelmente de alguma – ao menos rudimentar – forma de linguagem. Linguagem é por si mesma uma instituição. Indivíduos contam com costumes, normas e linguagem de modo a interagir. Comunicação interpessoal, essencial para todas as histórias de emergência institucional, depende de regras e normas linguísticas e de outra natureza. O estado de natureza sem instituições é inalcançável na teoria como na realidade (HODGSON, 2001, p. 103).

O que está sendo criticado por Hodgson (2001) é o fato de Menger e Williamson considerarem os indivíduos como “dados” em um ambiente inicial sem instituições. Para o autor, qualquer estudo deve levar em conta tanto os indivíduos quanto as instituições, ao mesmo tempo, num ambiente dinâmico, havendo um “ciclo de determinação inquebrantável”. No entanto, isto não significa que indivíduos e instituições possuem mesmo caráter explicativo e ontológico, pois são caracterizados distintamente:

Indivíduos são movidos por propósitos, instituições não o são, ao menos no mesmo sentido. Instituições apresentam amplitude de vida diferente dos indivíduos, algumas vezes sobrevivendo aos indivíduos que abrangem. Seus mecanismos de reprodução e procriação são diferentes (HODGSON, 2001, p. 104).

Assim, uma nova análise deveria ser feita para passar a considerar a evolução das instituições num ambiente com instituições já existentes, e não apenas levar em conta a origem e o fim das instituições, mas também abordar o processo evolucionário destas (HODGSON, 2001, p. 105). Neste sentido, para o mesmo autor, os elementos do sistema podem evoluir, assim como as preferências individuais. E, apesar das instituições envolverem regras e restrições que aparentemente são “fixas” e poderem moldar as preferências individuais, a variação nas preferências pode possibilitar o aparecimento de instituições ou a superação de dificuldades das instituições que falham ao emergir (HODGSON, 2001, p. 106). Completando esta linha de pensamento, Hodgson (2001) destaca a importância de considerar

⁵ “Aquilo a que chamamos mercado é sempre um sistema de interação social caracterizado por uma estrutura institucional, ou seja, um conjunto de regras que define certas restrições ao comportamento dos participantes do mercado” (VANBERG, 1986 apud HODGSON, 2001, p. 102).

as interações individuais não de maneira estática, sendo que estas podem resultar em novas formas institucionais.

Um elemento chave para este processo de mudanças comportamentais e institucionais é o hábito. Hodgson (2003, p. 164) diferencia o hábito dos indivíduos do comportamento, pois o primeiro surge da repetição da ação ou do pensamento, e o segundo é a ação propriamente dita, isto é, “[...] we may have habits that lie unused for a long time. A habit may exist even if it is not manifest in behaviour. Habits are submerged repertoires of potential behaviour; they can be triggered by an appropriate stimulus or context”. Em sua publicação anterior, Hodgson (2001, p. 107) já fazia referência a isto e destacava que “hábito não quer dizer comportamento, e sim propensão a um comportamento particular em classes particulares de situações. [...]. Hábitos são repertórios submersos de comportamento potencial”. Neste sentido, as instituições podem restringir o comportamento dos indivíduos de modo que estes criem novos hábitos (HODGSON, 2001, p. 108).

As instituições existentes interferem nas decisões e no comportamento individual e, posteriormente, o próprio indivíduo torna-se um agente da mudança institucional (PESSALI; DALTO, 2010, p. 17). Sendo assim, as instituições são as estruturas com maior importância na esfera social, uma vez que moldam os comportamentos dos indivíduos (HODGSON, 2003).

More generally, institutional changes and constraints can cause changes in habits of thought and behaviour. Institutions constrain our behaviour and develop our habits in specific ways. What does happen is that the framing, shifting and constraining capacities of social institutions give rise to new perceptions and dispositions within individuals. Upon new habits of thought and behaviour, new preferences and intentions emerge (HODGSON, 2003, p. 166).

Medeiros (2001, p. 71) considera o conjunto de circunstâncias históricas existentes como modeladoras do comportamento individual, e não apenas como resultantes de um processo puramente econômico.

A modelação do comportamento, a aceitação de normas, a formação da personalidade, enfim, o processo civilizatório que os economistas percebem apenas funcionalmente é um longo processo não reduzível a uma razão econômica, mas a um conjunto de circunstâncias historicamente específicas. [...]. As instituições que emergem desse processo não são nem racionais nem irrationais, eficientes ou ineficientes; são sociais (MEDEIROS, 2001, p. 71).

De acordo com Hodgson (2003, p. 162), os sistemas sócio-econômicos não apenas produzem novos produtos, eles também criam e recriam indivíduos com o passar do tempo, pois as preferências e os comportamentos individuais podem mudar ao longo do processo. E a aprendizagem é um dos fatores que, considerado pelo mesmo autor, pode promover essa “reconstrução individual”. Pessali e Dalto (2010, p. 26-7) também referem-se ao aprendizado como fator que reconstitui os indivíduos em termos de valores e preferências, sendo que a evolução das instituições e a sua interferência no desempenho econômico dependem deste elemento.

Hodgson (2006), em seu trabalho sobre “*What Are Institutions?*”, destaca que as instituições podem restringir ações, mas também podem possibilitar a melhor escolha de possibilidades existentes e o melhor comportamento dos indivíduos. Hodgson (2006, p. 2) exemplifica isto com: as regras de linguagem que permitiram a comunicação, as regras de trânsito que ajudaram na melhor organização e segurança do tráfego e, também, o Estado de Direito que permitiu o aumento da segurança pessoal.

As instituições estruturam as interações sociais, sendo que a durabilidade delas decorre exatamente do fato de elas possibilitarem a formação de expectativas estáveis sobre o comportamento dos outros indivíduos (HODGSON, 2006, p. 2). As instituições dependem dos pensamentos e das ações individuais, permitindo que exista um pensamento ordenado, impondo forma e consistência nas atividades exercidas pelos indivíduos (HODGSON, 2006, p. 2).

Economistas institucionalistas da tradição de Thorstein Veblen e John R. Commons, segundo Hodgson (2006, p. 2), entendem as instituições como uma variedade especial de estrutura social com o potencial de mudar os agentes, alterando seus propósitos e preferências. Alguns institucionalistas consideram que as instituições são “*prescribed patterns of correlated behavior*” (FOSTER, 1981 apud HODGSON, 2006, p. 3). No entanto, conceituar uma instituição como um padrão de comportamento seria um equívoco, pois seria presumido, assim, que as instituições não existiriam caso os comportamentos relacionadas a elas fossem interrompidos, mesmo que temporariamente (HODGSON, 2006, p. 3). Um exemplo dado por Hodgson (2006, p. 3) utiliza um exemplo em que a monarquia britânica, caso prevalecesse o conceito de Foster, deixaria de existir quando os membros da família real

estivessem dormindo ou quando nenhuma cerimônia real estivesse acontecendo. Hodgson (2006) destaca que isto não é condizente com a realidade, pois os poderes permanecem, mesmo quando eles não estão sendo promulgados. E, para o mesmo autor, são exatamente estes poderes (instituições preexistentes), e não os próprios comportamentos, que comprovam a existência de uma instituição. No entanto, o autor faz uma ressalva: estes poderes (instituições) precisam ser exercidos com frequencia para não serem negligenciados e não desaparecerem. Assim, é somente através do comportamento visível que as instituições podem ser observadas (HODGSON, 2006, p. 3).

Neste sentido, uma instituição é um tipo de estrutura social⁶ (conjunto de relações sociais) que podem influenciar nos hábitos, pensamentos e ações dos indivíduos (HODGSON, 2006, p. 7). “*By structuring, constraining, and enabling individual behaviors, institutions have the power to mold the capacities and behavior of agents in fundamental ways: they have a capacity to change aspirations instead of merely enabling or constraining them*” (HODGSON, 2006, p. 7). Para o autor, o reconhecimento da importância do papel das instituições na vida social abrange o entendimento de que grande parte da interação humana está organizada na forma de regras explícitas ou implícitas.

Hodgson (2006, p. 18) faz algumas complementações a respeito da divisão que alguns autores fazem entre instituições formais e informais (como o caso de North). Para ele, não existe uma divisão entre estes dois tipos de instituições, pois as regras formais dependem de regras informais e das normas que não estão explícitas. “*This does not mean that legal rules are unimportant but that they become important by becoming incorporated in custom and habit*” (HODGSON, 2006, p. 18). No entanto, na mesma obra, Hodgson (2006, p. 20-1) expõe uma contracritica a esta sua própria posição, em que North destaca que considera as normas informais não como regras, mas como normas de comportamento. Enquanto que as regras formais são aplicadas por tribunais e outros órgãos legislativos, as normas informais são executadas geralmente por pessoas em geral, sem um cargo específico para isto, e são normas que, de forma geral, fazem parte da vida das pessoas (NORTH, 2006 apud HODGSON, 2006). É neste sentido, pelo fato de possuírem diferentes características de execução, que

⁶ Para Hodgson (2006, p. 3), “*social structures include sets of relations that may not be codified in discourse, such as demographic structures in animal species or in human societies before any understanding of demography*”.

North não considera estas normas informais como uma regra no mesmo sentido que as regras formais (HODGSON, 2006, p. 20-1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é uma tarefa fácil explicar o comportamento individual. A teoria econômica neoclássica tradicional simplifica este problema através da adoção de pressupostos que consideram os indivíduos como sendo racionais e com preferências “dadas”. No entanto, com base na realidade percebe-se que essa simplificação não pode ser considerada.

A tradicional teoria do desenvolvimento econômico, com foco no crescimento, também incorpora o papel das instituições. No entanto, Pessali e Dalto (2010, p. 29) destacam que, apesar da interação ocorrer entre mercado, firma e Estado, as especificidades de cada instância e as relações dos indivíduos com essas diferentes esferas foram negligenciadas para esses teóricos tradicionais. As instituições influenciam no desenvolvimento econômico exatamente pelo seu poder de reconstruir as preferências e comportamentos dos indivíduos (PESSALI; DALTO, 2010). Desta forma, para Pessali e Dalto (2010, p. 24), a “concepção moderna de desenvolvimento se caracteriza justamente pela ampliação da liberdade das pessoas, o que inclui a ampliação dos recursos materiais que atendam as suas necessidades de sobrevivência e bem-estar”.

Apesar da distinção entre North, que considera as preferências dos indivíduos como influenciando as instituições, e Hodgson, que considera as instituições como elemento que molda o comportamento individual, o fato é que a análise institucionalista, desde as ideias iniciais presentes em Veblen, possui grande relevância para o estudo das instituições, indivíduos e desenvolvimento.

A definição de Sen para desenvolvimento econômico incorpora o comportamento dos indivíduos através do exercício das capacitações, sendo estas moldadas pelas instituições e, desta maneira, assemelha-se com a corrente neo-institucionalista. A relação entre as instituições e a definição de desenvolvimento proposta por Sen, está no exercício das capacitações, que difere de um indivíduo para outro em função das instituições informais e

formais, como distinguido por North. E, além disto, essas instituições acabam influenciando nas capacitações individuais, isto é, as regras informais interferem nas regras formais, como identificado por Hodgson (2006). Assim, esta relação entre instituições e desenvolvimento em Sen (1990, p. 54) pode ser percebida quando o autor diferencia funcionamentos de capacitações e afirma que a importância está em analisar a possibilidade ou não da realização das capacitações, isto é, na existência da liberdade dos indivíduos em poder optar entre um estilo de vida.

As instituições *a priori*, moldam os hábitos e os comportamentos dos indivíduos: “*institutional changes and constraints can cause changes in habits of thought and behaviour. Institutions constrain our behaviour and develop our habits in specific ways*” (HODGSON, 2003, p. 166). Neste sentido, a ideia “de causação de cima para baixo” (das instituições para os indivíduos), de Hodgson, é condizente com a realidade, pois a análise deve sempre levar em conta as instituições já existentes, como a linguagem.

De fato, não é possível analisar desenvolvimento econômico de forma isolada, sem considerar as instituições e os indivíduos. As pessoas são diferentes das estruturas, mas ambos são conectados e interagem de forma interdependente, sendo que as instituições podem tanto restringir quanto ampliar as escolhas individuais (HODGSON, 2003; HODGSON, 2006).

É fundamental analisar as instituições e o desenvolvimento econômico de forma agregada, uma vez que as primeiras são constituídas por indivíduos e o desenvolvimento econômico depende das capacitações destes. Por fim, o estudo dos comportamentos individuais no ambiente dinâmico em que as pessoas estão inseridas deve ser pauta inicial de qualquer estratégia ou discussão política que envolva o desenvolvimento econômico, uma vez que o objeto de estudo entre as esferas econômica, social e política é comum: os indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, B. B.; COMIM, F. V. O debate Institucionalista e a inserção da moralidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 40., Porto de Galinhas, PE, 2012. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <www.anpec.org.br/.../i5-686991855d77da00ff5b166ba883ad08.doc>. Acesso em: 19 jul. 2013.

BARCELOS, O. O comportamento humano no pensamento institucionalista – uma breve discussão. **Século XXI**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 44-63, 2011.

HODGSON, G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 97-125, 2001.

_____. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, 27, p. 159-175, 2003.

_____. What Are Institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.

MEDEIROS, C. A. de. Instituições, Estado e Mercado no Processo do Desenvolvimento Econômico. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 49-76, 2001.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

_____. The Role of Institutions in Economic Development. United Nations Economic Commission Europe, Geneva, Switzerland, **Discussion Paper Series**, 2003.

PASSANEZI, P. O processo de criação das instituições segundo Douglass North (1990) e uma avaliação crítica da lógica northiana. **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 2, p. 75-83, 2003.

PESSALI, H.; DALTO, F. A mesoeconomia do desenvolvimento: o papel das instituições. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.11-37, 2010.

SEN, A. Development: Which way now? **The Economic Journal**, v. 93, n. 372, p. 745-762, 1983.

_____. The concept of development. **Handbook of Development Economics**, cap. 1, 1988.

_____. Development as capability expansion. In: GRIN, K.; KNIGHT, J. (Eds.). **Human development and the international development strategy for the 1990s**, Macmillan, London, p. 41-58, 1990.

_____. **The idea of justice**. Belknap Press: Cambridge, 2009.

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VEIGA, J. E. da. Darwinismo e ciências sociais: um diálogo possível. Entrevista com Geoffrey M. Hodgson. **Estudos Avançados**, n. 22, v. 63, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a20.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2013.